Falsos rastreios médicos para venda de colchões está de volta.

Em 2009, O RIACHENSE fez uma reportagem sobre o assunto, em que falou com pessoas que tinham sido levadas a comprar colchões por vários milhares de euros nestas acções promocionais. Na altura, uma empresa alugou o salão paroquial de Riachos para realizar alegados "rastreios médicos", cujo resultado era sempre o mesmo: "o melhor é comprar um dos nossos
colchões milagreiros".

Na verdade trata-se de acções de promoção comercial destinadas à venda de produtos que pouco ou nada têm a ver com diagnósticos clínicos, ludibriando as pessoas com o motivo da saúde ao lhes oferecer falsas consultas e rastreios de resultados duvidosos.

Uma acção semelhante está a ser realizada por estes dias na Columbófila em Riachos.

Leia toda a reportagem abaixo.

Rastreios à saúde como chamariz para fins comerciais

(edição 09/12/2009) **Pessoas dizem-se enganadas**
Empresas que recorrem às mais variadas estratégias de marketing para cativar clientela, vêem a lealdade dos seus métodos colocada em causa.Em Riachos, uma acção de aliciamento para a aquisição de colchões e cadeirões ortopédicos, alguns a preços elevados, alcançou pessoas que se confessaram ludibriadas. ***Nuno Matos***
A abordagem é feita por telefone, oferecendo contrapartidas, ao primeiro olhar, vantajosas. Viagens, presuntos, electrodomésticos e rastreios médicos, neste caso.Na semana passada, a empresa Ortobedding alugou o salão do Centro Social Paroquial de Riachos, para desenvolver a sua actividade de venda de equipamentos de descanso, de apoio geriátrico, entre outros, oferecendo um rastreio ao colesterol, diabetes, e outras doenças.

A empresa contactou as pessoas por telefone, oferecendo os tais exames médicos. Uma delas foi Maria Helena Silva, de 59 anos: “Recebi uma chamada no dia 1 de Dezembro para me deslocar às instalações do Centro Paroquial para efectuar um rastreio gratuito, que depois seria apresentado ao médico de família. Não desconfiei de nada e lá fui, pois disseram que tinham um protocolo com a Segurança Social”, relata a denunciante, continuando: “Estavam lá cerca de 15 casais de idade. Começaram a chamar-nos um a um, para irmos ao doutor fazer os exames. Quando entrei numa sala notei logo que alguma coisa não batia certo, pois falavam muito alto e não vi exames nenhuns”.
Maria Helena Silva recorda que lhe fizeram diversas perguntas e passados alguns minutos começaram com o “diagnóstico”: “Um deles olhou para mim dizendo que eu tinha um problema na cervical e que estava à beira de um AVC, tendo que fazer um exame urgente”. Então, a senhora foi encaminhada para uma outra sala com colchões e cadeiras de massagens: “Estive sentada num cadeirão durante três ou quatro minutos e afirmaram que o exame que tinha acabado de fazer custou 60 euros que, segundo eles, seriam pagos pela Segurança Social. Disseram ainda que me tinham salvo a vida”.
A seguir, continuaram com os supostos exames e Helena Silva ficou atónita: “Tinha a tensão arterial a 12/14 e mandaram-me logo para o hospital. Fiquei com a sensação de que o aparelho estava viciado. Recusei ir ao hospital e levantei mesmo a voz, dizendo que era tudo uma vigarice. Foi então que o dito doutor me atirou um livro, mandando-me calar. Depois, uma senhora agarrou-me no braço e levou-me à saída. Logo a seguir fui à farmácia confirmar a tensão. Apesar de estar enervada, estava a 11/18”.
Helena Silva, funcionária da Casa Sindical de Torres Novas, acusa: “A única preocupação deles é impingir colchões e cadeirões, enganando as pessoas. No dia seguinte fui ao Centro de Saúde de Torres Novas onde me disseram que essa empresa não tem nada a ver com a Segurança Social”.

O baile armado

José Rodrigues, de Valhelhas, também caiu na tentação de fazer um rastreio gratuito. Mais um dos que acabou por se sentir iludido. “Disseram à minha esposa, pelo telefone, que era para fazer um rastreio de AVC numa carrinha, por uma doutora e por uma equipa de voluntários, que não era para vender nada”, recordou o visado, que se deslocou a Riachos com a família, no dia 4 ao fim da tarde, de propósito para o evento. “Como disseram que não era para vender nada, resolvemos ir. Quando lá chegámos, vi logo o baile armado. Entramos numa sala onde estavam umas pessoas sentadas a uma mesa. Perguntei quem era o técnico de saúde, pedi a identificação e responderam que não iam fazer exames médicos nenhuns. Viemos logo embora porque sentimo-nos enganados”. Os exemplos de pessoas que caíram no conto do vigário são muitos. Uma mulher das Lapas comprou um colchão por cinco mil euros a uma empresa que utiliza a mesma metodologia de vendas. Outros relatos apontam firmas que se dispõem a analisar gratuitamente a água da rede, forçando o seu catálogo comercial às pessoas contactadas.

Iniciativas de marketing com acções de rastreio gratuitas

Tentámos falar com o responsável da empresa que estacionou temporariamente em Riachos, para saber detalhes sobre o serviço prestado, sendo de imediato postos em contacto telefónico com a administração, em Lisboa. Foi-nos descrito que a Ortobedding faz campanhas esporádicas, chamadas iniciativas de marketing, com acções de rastreio gratuitas (electrocardiogramas, análises aos triglicéridos, colesterol, glicemia, tensão e índices de massa corporal), feitas por técnicos que não são médicos. “Os próprios equipamentos são de

utilização doméstica, ou seja são equipamentos que podem ser utilizados nas farmácias. Também queremos ajudar as pessoas a prevenirem-se", explicou o responsável, sem esconder o objectivo comercial destas campanhas: "Já que as pessoas se disponibilizam para o rastreio, também podem ficar a conhecer o que somos, o que fazemos, que produtos e serviços temos e um dia mais tarde, essas pessoas poderão vir a tornar-se nossos clientes. No fundo, fazemos acções de divulgação um bocado mais amplas".No entanto, o responsável ressalva que as pessoas são convidadas para um rastreio e não para comprar o que quer que seja. "Mas não quero dizer que as pessoas não possam ficar com uma referência e amanhã, seja pelo telefone, e-mail ou nas nossas lojas, não se possam tornar clientes. É uma operação de charme. Na prática é isso que estamos aí a fazer".

Ortobedding tem 20 queixas na DECO

No dia 3 de Dezembro, a DECO tinha recebido 522 reclamações escritas sobre práticas comerciais desleais ou, como vulgarmente são conhecidas, vendas agressivas. No entanto, este número não espelha o número total de reclamações recebidas por aquela associação de defesa do consumidor, uma vez que as denúncias que são feitas por telefone não entram naquelas contas. Sobre a Ortobedding, com sede em Algés, a DECO já recebeu 20 pedidos de mediação. Contudo, refere que este tipo de empresas altera frequentemente a sua denominação, pelo que certamente haverá mais reclamações relativas à mesma empresa, mas sob outro nome. A DECO atenta também para os termos de desistência do contrato de venda, com as devidas precauções legais. O consumidor, quando acredita que foi apanhado desprevenido e se arrepende da compra, tem o direito de devolução. O prazo de desistência do contrato é de 14 dias, devendo a mesma ser feita por escrito, em carta registada com aviso de recepção. O objecto deve devolvido de imediato.

Na revista Dinheiro e Direitos, de Julho de 2009, editada pela DECO, está esclarecido da seguinte forma: "Se supostos técnicos o alertarem para problemas de saúde, desconfie. Mais ainda se lhe propuserem a compra de algum produto, por vezes, sem sentido. Este tipo de vendas é proibido. Por isso, contacte a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, forneça todos os dados e peça a sua intervenção. Se comprou algo numa situação idêntica, tem 14 dias para desistir sem justificações, ou até um ano para anular o contrato, através dos julgados de paz ou tribunal".

"Eticamente condenável"

A Comissão de Utentes da Saúde do Médio Tejo não está alheia a este tipo de actividades económicas na área da saúde. Em relação ao que se passou em Riachos, a comissão declarou: "Utilizando a boa fé e a vulnerabilidade de muitos cidadãos face à doença, uns tantos oportunistas tentam impingir produtos e equipamentos "milagrosos" para a resolução dos problemas de saúde que efectivamente têm, ou que são na hora inventados. Provavelmente criam nos meses imediatos uma patologia muito real: as depressões que aparecem perante as dificuldades de pagamento dos produtos adquiridos".A CUSMT diz ainda que vai dar conta do sucedido à Assembleia da República, ao Ministério da Saúde e aos responsáveis locais do ACES Serra d'Aire, para que ajam em conformidade.

"Os utentes já têm problemas suficientes com a falta de médicos de família, com o preço dos medicamentos, com o tempo de espera para consultas e cirurgias... não têm necessidade daqueles que os induzem (com aldrabices) a piorar a sua situação", conclui a comissão.